

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9355 | Salvador, segunda-feira, 20.07.2026

Presidente em exercício Elder Perez

**Sindicato cobra do Santander
apoio a bancárias constrangidas**

Página 2

**Educação financeira nas escolas
é aposta contra o endividamento**

Página 4



CAMPANHA SALARIAL

O custo humano do lucro



Com a explosão dos casos de ansiedade, burnout, depressão e estresse entre os bancários, o combate ao adoecimento domina a próxima negociação com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos), amanhã, em São Paulo. O cenário é assustador. O índice de afastamento na categoria cresceu 168% em 10 anos.

Página 3



Diretores do Sindicato e da Federação prestam apoio às funcionárias constringidas pela Polícia Militar

Pânico no Select

Sindicato cobra do banco apoio psicológico e emissão de CAT para as funcionárias

ROSE LIMA
imprensa@bancariosbahia.org.br

O CLIMA na agência do Santander da avenida Tancredo Neves é de medo e apreensão após a grave ocorrência registrada na quinta-feira. Em decorrência do descumprimento, pelo banco, de uma decisão judicial relacionada a uma conta corrente, duas funcionárias foram conduzidas à delegacia, embora não tivessem qualquer poder para cumprir ou alterar a determinação da Justiça.

A situação ganhou contornos mais preocupantes quando, segundo relatos, policiais militares arrombaram a porta do espaço Select para cumprir a ordem judicial. Em meio ao clima de tensão, as bancárias foram levadas à delegacia. Testemunhas afirmam que foram conduzidas pelos braços, diante de colegas, o que provocou forte abalo emocional em toda a equipe.

Assim que tomou conhecimento do caso, o Sindicato e a Federação acionaram a direção do Santander para cobrar explicações sobre a condução do episódio. Os diretores Erivaldo Sales e Claudevir Moraes, acompanhados do advogado Miguel Cerqueira, prestaram assistência às trabalhadoras na delegacia. Após serem ouvidas, as duas foram liberadas.

Não é a primeira vez que o Santander descumpra decisões judiciais no Brasil. Casos semelhantes são registrados com frequência, o que mostra o desrespeito às

determinações da Justiça e aos próprios empregados. Para agravar a situação, segundo informações recebidas pelo Sindicato, o banco orientou as funcionárias a resistirem ao cumprimento da ordem judicial, transferindo para elas uma responsabilidade que é exclusivamente da empresa.

Na sexta-feira, os dirigentes retornaram à agência para prestar solidariedade, ouvir os relatos e discutir as medidas a serem adotadas. O Sindicato, por meio do Departamento de Saúde, cobrou ainda do banco acompanhamento psicológico e emissão de CAT para os funcionários envolvidos. A entidade acompanha o caso de perto e espera que o Santander assuma a responsabilidade.

A mobilização no BNB segue em alta

UMA campanha salarial vitoriosa depende da organização. E os funcionários do BNB seguem atentos e mobilizados. Quinta-feira, em Fortaleza (CE), acontece a 3ª negociação sobre cláusulas econômicas.

Nas duas rodadas anteriores, as questões debatidas referiam-se às cláusulas sociais, saúde, condições de trabalho e previdência. Os informes das reuniões foram passados pelos integrantes da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB, durante atividade de virtual, na última terça-feira.

Destaques para a importância do engajamento dos trabalhadores para garantir a manutenção do acordo que possibilitou a distribuição de 48% do montante da PLR (Participação dos Lucros e Resultados) em 2024 e 2025, uma conquista histórica após 19 anos de luta e que ainda não foi confirmado pela direção do BNB.



Governo sai em defesa da ultratividade

DURANTE audiência na Câmara dos Deputados, na terça-feira, o governo defendeu projeto que prorroga a vigência de convenções acordos e coletivos até que haja nova negociação. Leonardo Bello, do Ministério do Trabalho, argumentou que outros países

aderiram à ultratividade de forma bem-sucedida em favor dos direitos trabalhistas.

O PL 3015/2025, de autoria da deputada federal Erika Kokay (PT-DF), pede o retorno da ultratividade às normas coletivas, anteriormente barrada pela famigerada reforma trabalhista de Temer, em 2017. A medida impede que patrões usem o fim do prazo do acordo para pressionar pela retirada de direitos.

A proposta também prevê a manutenção da data-base da negociação coletiva em 1º de setembro, a aplicação retroativa dos termos acordados e a manutenção das disposições dos acordos coletivos vigentes até a assinatura da nova Convenção Coletiva de Trabalho.



CTB defende a manutenção dos direitos até um novo acordo

Saúde na pauta

Afastamentos crescem 168% só em 10 anos, resultado das metas

REDAÇÃO
imprensa@bancariosbahia.org.br

A SAÚDE dos bancários será o tema da próxima rodada de negociação entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos), amanhã. A discussão ocorre em um momento de agravamento do adoecimento da categoria.

Os transtornos mentais são a principal causa de afastamento entre bancários no Brasil e os números continuam a crescer de forma alarmante. Dados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos) apontam aumento de 168% nas licenças por doenças psicológicas na categoria nos últimos 10 anos, cenário impulsionado pela pressão por metas, assédio moral, sobrecarga de trabalho e insegurança profissional.

Atualmente, os transtornos mentais e comportamentais entre os bancários representam 13%, percentual muito acima da média nacional, cerca de 6%. Ansiedade, depressão, síndrome de burnout e transtornos relacionados ao estresse aparecem entre os principais diagnósticos.

O estudo aponta que 43,3% convivem com estresse crônico, 44,5% relatam danos físicos e psicológicos, 61% afirmam não se sentir reconhecidos profissionalmente e quase 90% trabalham mesmo com sintomas de adoecimento.

A maioria dos bancários relata preocupação constante com o trabalho, cansaço extremo, crises de ansiedade e desmotivação, reflexo de um modelo de gestão cada vez mais adoecedor.

Diante do cenário, o movimento sindical reforça a importância da organização na luta por condições dignas de trabalho, combate ao assédio e redução das metas abusivas. A defesa da saúde mental dos bancários é hoje uma das principais pautas da categoria.

A SAÚDE DOS BANCÁRIOS EM NÚMEROS



A saúde dos bancários será o tema da próxima rodada de negociação com a Fenaban, terça-feira (21). Os números mostram por que o tema é prioridade.



13%

Incidência de transtornos mentais entre bancários. (Na população brasileira é cerca de 6%.)



19,6%

Receberam diagnóstico psiquiátrico formal.



36,9%

Já se afastaram por transtornos psíquicos.



67,2%

Criticam a organização do trabalho.



59,4%

Consideram o ambiente de trabalho crítico.



43,3%

Vivem com estresse crônico.



44,5%

Relatam danos físicos e psicológicos.



61%+

Sentem falta de reconhecimento profissional.



65%

Estão sem acompanhamento médico adequado.



90%

Continuam trabalhando mesmo com sintomas de adoecimento.



83,9%

dos bancários trabalham integralmente no regime presencial.



Fonte: Pesquisa coordenada pelo psicólogo e doutor em Psicologia Felipe Faleiros, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB-MS).

Riscos invisíveis do trabalho híbrido

SE OS limites entre a vida profissional e a pessoal são espinhosos, não porque o trabalhador quer, mas pelo adoecimento

gerado pela dinâmica laboral, no trabalho híbrido as implicações podem ser mais delicadas. Apesar das especificidades, é

obrigação da empresa gerenciar os riscos psicossociais, conforme determina a NR-1.

No caso do teletrabalho/

home office, a Norma Regulamentadora 1 inclui os perigos psicossociais nos termos da NR-17, que trata da ergonomia. Com a dificuldade de desconexão e a distância das equipes, há muitas questões nas entrelinhas. Desde a sobrecarga e as jornadas extrapoladas, pressão por disponibilidade constante, falhas na comunicação, falta de apoio e até o esforço invisibilizado.

Muitas questões nem sempre são fáceis de serem percebidas, mas uma coisa é fato: o trabalhador não é invisível. E jamais deve ser tratado desta maneira. Cabe à empresa monitorar os fatores que causam o adoecimento mental, a ergonomia, além do controle de jornada e gestão humanizada.



Proteção contra os abusos do setor bancário

Projeto quer preparar o jovem a lidar com o consumo exacerbado

REDAÇÃO
imprensa@bancariosbahia.org.br

ENSINAR uma criança a poupar, vai muito além de aprender a economizar. É oferecer ferramentas para que consiga fazer escolhas conscientes, compreenda o funcionamento do crédito, evite o endividamento e desenvolva autonomia para en-

frentar um sistema financeiro cada vez mais abusivo.

Por isso, é bem vista a aprovação, pelo Senado, do PL que inclui a educação financeira à grade escolar dos ensinos fundamental e médio. A intenção é preparar os jovens para lidar com questões relacionadas ao consumo e à gestão dos próprios recursos.

Os números mostram a urgência da inclusão ao currículo. Pesquisa da CNC (Confederação Nacional do Comércio) mostra que 81,6% das famílias têm algum tipo de dívida atualmente. A fatia de inadimplentes é de 29,9%. Desse universo, 12,3% afirmam não ter condições de pagar. O cartão de crédito é o vilão, presente em 84,6% dos casos.

Agora, o PL deve ser apreciado pela Câmara dos Deputados, já que sofreu alterações no Senado.



SAQUE

Rogaciano Medeiros

CHAMA MORAES O caso do filme *Dark Horse*, O Azarão, sobre Bolsonaro, inventado para ajudar eleitoralmente o clã e fazer caixa 2 para a corrida presidencial deste ano, que tem Flávio candidato, está no ritmo daquela célebre música do Carnaval baiano, “Parou por quê?”, de Moraes Moreira, xará do também famoso ministro do Supremo. O relator no STF é André Mendonça.

DIREITO INALIENÁVEL O silêncio que passou a predominar no escândalo do Banco Master, do banqueiro bolsonarista Daniel Vorcaro, em acerto para delação premiada, é tamanho que a população fica sem saber se as investigações estão paradas ou se há alguém com poder supremo para abafar o caso. A sociedade tem o direito constitucional de ser informada dos fatos. O sigilo atrofia a democracia.

HESITAÇÃO ATROZ A rigor, diante do flagrante de Flávio Bolsonaro pedindo dinheiro ao banqueiro Daniel Vorcaro, preso pela PF por rombo financeiro, o presidencialismo do PL merecia, pelo menos, investigação rigorosa, ação para perda do mandato e processo no Conselho de Ética. Infelizmente, Mendonça (STF), Kássio (TSE) e Alcolumbre (Senado) não estão convencidos disto.

FLÁVIO SORTUDO O presidencialismo do PL não pode se queixar da sorte. Até agora, apesar de todos os crimes cometidos, como alta traição no apoio aos tarifaços de Trump contra o Brasil e os brasileiros, relação suspeita com banqueiro criminoso e até foto sem camisa com o sicário (matador de aluguel) de Vorcaro, o senador Flávio Bolsonaro continua livre o solto, fazendo novas ameaças. Sortudo.

PRESSÃO POPULAR De nada adianta ficar só reclamando e condenando o presidente do Senado por não ter votado o fim da escala 6x1 antes do recesso. A PEC só será aprovada com povo na rua, para os senadores sentirem a pressão popular. Até porque, Davi Alcolumbre (UB-AP) ameaça só colocar em votação depois da eleição, o que significaria a sentença de morte da proposta. Acorda, Brasil.

Regras rígidas para as *bets*

A AGORA, a publicidade das plataformas de apostas esportivas passa a seguir regras mais rígidas. A medida, do governo federal, busca reduzir os impactos sociais e a dependência causada pela expansão das *bets*.

Os anúncios devem exibir alertas obrigatórios, como *apostar pode causar dependência, apostas fazem você perder dinheiro e aposta não é investimento*. Também ficam proibidas campanhas que prometam lucro, criem senso de urgência ou utilizem históricos de ganhos para atrair apostadores.

Narradores e comentaristas esportivos também não poderão

recomendar plataformas durante transmissões.



As mudanças ocorrem em meio ao crescimento acelerado do mercado de apostas e ao aumento da preocupação com o endividamento das famílias. Especialistas alertam que o acesso facilitado às *bets* pode agravar problemas financeiros e de saúde mental, sobretudo entre pessoas de baixa renda.

O governo reforçou ainda que empresas sem autorização para operar seguem proibidas de fazer publicidade. Para entidades da sociedade civil, as novas regras são um avanço, mas é preciso ampliar a fiscalização.